

FACÇÕES POLÍTICAS CIVIS NAS DITADURAS MILITARES DO BRASIL E CHILE: OS HOMENS DO IPES E DOS “CHICAGO BOYS” (1955-1990)

TIAGO FRANCISCO MONTEIRO*

Resumo: O propósito desse trabalho é realizar um estudo comparativo entre as duas principais elites tecnocráticas que atuaram nas ditaduras do Brasil e Chile, respectivamente, os egressos do IPES e os “Chicago Boys”. Analisarei a história, a formação intelectual e a ação política destes grupos de civis que ocuparam os principais cargos decisórios das ditaduras e foram fundamentais para a manutenção destes regimes políticos.

Palavras-chave: tecnocratas, ditadura militar, elite civil.

Abstract: The purpose of this study is to conduct a comparative study between the two main technocratic elites who acted in the dictatorships of Chile and Brazil, respectively, the graduates of the IPES and the "Chicago Boys". Examine the history, intellectual formation and political action of these groups of civilians who occupied key decision-making positions of dictatorships and were fundamental to the maintenance of these political regimes.

Keywords: technocrats, military dictatorship, civil elite.

Artigo recebido em 08 de março de 2014 e aprovado para publicação em 11 de agosto de 2014.

Trabalho apresentado na mesa *Dilemas de transição: abertura política, justiça e cultura na América latina do século XX*.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS/UFRJ). Professor da Rede Municipal da cidade do Rio de Janeiro. E-mail: tiagobenin@yahoo.com.br

Introdução: Literatura sobre a Tecnocracia.

Os golpes empresarial-militares que ocorreram no Brasil, em 1964, e no Chile, 1973, originaram regimes políticos ditatoriais que, entre outros fatores, foram controlados pela cúpula das forças armadas (FFAA) que aparelharam o Estado, lideraram uma sangrenta ofensiva repressiva contra todas as oposições e abriram caminho para ascensão de grupos de funcionários civis que ocuparam diversos cargos nas administrações ditatoriais e dirigiram as principais reformas econômicas e sociais promovidas pelas ditaduras.

Estes quadros civis eram conhecidos como “técnicos” ou, mais frequentemente, “tecnocratas” (palavra originada da aglutinação de “técnico” com “burocrata”) devido à formação universitária, coesão ideológica que possuíam além de nenhuma ou pouca vinculação com a política partidária anterior aos golpes.

Os estudos sobre os tecnocratas nas sociedades industriais tiveram início no século XIX, concomitantemente com o avanço do capitalismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (EUA) e contribuíram para estes debates intelectuais como William Josiah Goode, Walter Adams e Max Weber. Em geral, estes estudiosos concluíram que os tecnocratas eram um agrupamento de indivíduos com um saber especializado em pelo menos uma das seguintes disciplinas: ciência, tecnologia, engenharia e gestão empresarial. Em segundo lugar, tal categoria surgiu em consequência da modernização das sociedades promovida pela Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, e também pelas necessidades dos governos e grandes empresas de possuírem em seus quadros de funcionários equipes especializadas para assessorar seus empreendimentos e políticas públicas. Outra conclusão dos estudiosos da tecnocracia foi que os tecnocratas também eram agentes do processo da modernização, pois suas decisões favoreciam o desenvolvimento industrial e, por conseguinte, criaram a necessidade de que mais pessoas fossem formadas com base em critérios científicos. Um quarto elemento deste grupo foi o desenvolvimento de uma visão de mundo oposta a de outras categorias sociais e advogava pela criação de um sistema político que seria composto pelos membros de partidos e técnicos especializados, que seriam eleitos para as funções governamentais segundo suas capacidades profissionais (MARTINS[a], 1970: 41-47) (ESTÉVEZ, 2005: 3-7 e 15-18).

Determinados pesquisadores do século XX, como Alain Touraine, consideraram que os tecnocratas eram uma nova classe dominante da sociedade pós-industrial voltada para o modo de vida racionalista, adversária das classes dominantes tradicionais e com uma cultura política própria (TOURAINÉ, 1973). Bresser Pereira, por sua vez, nomeou-

os como “tecnoburocratas” e afirmou que eram uma classe social civil ou militar que detinha o controle ou a propriedade das organizações burocráticas públicas e privadas e que se expandia financeiramente através do crescimento das empresas estatais e particulares. (BRESSER PEREIRA, 1978: 15-19). Carlos E. Martins apresentou a distinção entre o “tecnólogo”, o sujeito que possui um tipo de saber especializado, em geral universitário, e que trabalha em empresas privadas, e o “tecnocrata”, o tecnólogo que ingressa na esfera pública. Ambos os sujeitos sociais estão presentes nas sociedades capitalistas e socialistas, mas, o sistema político-social de cada sociedade determina a forma e a capacidade de intervenção política da elite tecnocrática (MARTINS[a], 1970: 48-56). Essa definição é muito próxima da utilizada por Patricio Silva, segundo a qual o tecnocrata é um sujeito com orientação técnico-científica que é eleito para ocupar cargos nos altos círculos governamentais ou de empresas privadas devido à posse de habilidades especializadas em áreas como a economia e administração. A diferença das perspectivas de Carlos Martins e Patricio Silva é que o último considera que os “técnicos” são aqueles que estudaram em centros tecnológicos e universidades, que integram áreas como saúde, agricultura e visam estabilidade no emprego. Por sua vez, os tecnocratas têm formação universitária mais variada, títulos de pós-graduação, experiência internacional e ascendem aos cargos através de instituições especializadas de planejamento e de think-thanks (SILVA, 2006: 178-179).

Além da definição do que tem sido a tecnocracia, a chamada “ideologia tecnocrática” foi o assunto de várias pesquisas. Primeiramente, alguns teóricos afirmaram que os tecnocratas consideravam que suas ascensões políticas e/ou profissionais ocorriam exclusiva ou principalmente em termos do critério de competência, eficiência e racionalidade. Igualmente, esses mesmos pesquisadores sustentaram que os tecnocratas pensavam que suas decisões eram tomadas com base em critérios técnicos, pragmáticos e, por conseguinte, politicamente isentos (MARTINS[a], 1970: 55-57) (ESTÉVEZ, 2005: 20). Um terceiro componente desta visão de mundo é a crença de que os tecnocratas desenvolvem um ponto de vista político próprio, descomprometido com as classes sociais de um país e, por estes motivos, observavam os problemas políticos de forma pragmática e visavam sempre resolver os problemas pelos critérios de competência (MARTINS[a], 1970: 66-64). Duas consequências da ideologia tecnocrática são a não identificação com os partidos ou qualquer movimento político existente e uma visão negativa da política (ESTÉVEZ, 2005: 17).

Existiram algumas discordâncias em relação ao conteúdo ideológico dos tecnocratas. Por exemplo, Martins salientou que a mentalidade tecnocrática não era necessariamente antidemocrática, mas que se adequava ao sistema político vigente no país

(MARTINS[a], 1970: 65). Bresser Pereira acreditava no contrário: era uma visão de mundo que subordinava todos os demais valores, inclusive os da democracia e da liberdade, ao da eficiência técnica e administrativa, porque a matriz dessas ideias eram os conceitos de eficiência, administração e planejamento (BRESSER PEREIRA, 1978: 19).

Por último, no que concernem às reflexões sobre a inserção dos tecnocratas na política, C. Martins observou que geralmente os tecnocratas eram selecionados para os cargos decisórios estatais através de critérios políticos e pessoais em relação ao grupo dominante do país e não por razões acadêmicas. Igualmente declarou que os tecnocratas eram assessores dos governos e da elite política dominante, seja ela de um Partido Comunista, militar ou democrática (MARTINS[a], 1970: 55). Patricio Silva concordou com esses termos e enfatizou que o poder dos tecnocratas tem sido dependente dos políticos que guiam os rumos governamentais e, em geral, os tecnocratas têm mais influência política que poder político. Porém, há uma constante disputa entre os oriundos do sistema partidário e os tecnocratas (SILVA, 2006: 178-181).

Alguns estudiosos latino-americanos se apropriaram dessas reflexões para pensar a importância dos tecnocratas nas ditaduras militares estabelecidas a partir da década de 1960. Apresentarei o que considero serem as três orientações explicativas mais relevantes no conjunto de trabalhos relativos a este tema.

O primeiro grupo tem como principal expoente Guillermo O'Donnell, em cujas suas obras valorizou a autonomia relativa dos tecnocratas em relação às demais categorias sociais do seu país e lhes atribuiu a primazia política nas ditaduras, uma vez que defendeu a existência de uma unidade de interesses entre as tecnocracias civil, militar e as classes proprietárias nacionais. O segundo grupo, representado pelas obras de René Dreifuss e Fernando H. Cardoso, apresentou a tecnocracia como parte das classes dominantes de uma sociedade, pois ambos possuem ideologias e trajetória profissionais análogas e frequentam as mesmas entidades de classe. Contudo, Cardoso aponta que existiram várias divergências dentro dessa unidade. Por último, Luciano Martins explorou o desenvolvimento de um “espírito de corpo” entre os funcionários tecnocratas em cada empresa.

Guillermo O'Donnell, assim como W. Goode, M. Weber e C. Martins, afirmou que a modernização industrial teve como uma de suas consequências o crescimento do número e capacidade de influência dos tecnocratas, por ele caracterizado como o agrupamento social encarregado da administração do Estado e das corporações privadas. Paralelamente com sua expansão numérica, os tecnocratas passaram por um processo de autonomização em relação às classes sociais, desenvolveram um conjunto de interesses e aspirações próprios,

mas, mantiveram-se defensores da manutenção do capitalismo. O acirramento das lutas populares no Brasil, na década de 1960, e no Chile, na década seguinte, gerou nos tecnocratas e no conjunto das classes dominantes dos dois países um sentimento de que a ordem socioeconômica vigente estava em perigo e, em resposta, estes seguimentos desferiram golpes militares que originaram as ditaduras, denominadas por O'Donnell de *Estados Burocrático-Autoritários* (EBA) (O'DONNELL, 1979: 49-70) (O'DONNELL, 1987: 13-23). Os tecnocratas tiveram destaque no EBA devido ao ativo caráter intervencionista do Estado na economia, o apoio à modernização capitalista e da ideologia oficial de tal regime político que pretendia reduzir as questões sociais e políticas públicas à questões técnicas e resolvíveis apenas pelas cúpulas das FFAA e das organizações tecnocratas (O'DONNELL, 1987: 21). Por estes motivos, O'Donnell e os adeptos deste recorte teórico-metodológico consideraram que havia uma interação político-social entre as burguesias e os tecnocratas.

Luciano Martins faz parte de um conjunto de pesquisadores que defendem a primazia do Estado em relação ao conjunto da sociedade em momentos de mudanças sociais e na responsabilidade da acumulação capitalista em sociedades periféricas como as Latino-americanas. Este Estado também tem o papel de mediar os conflitos entre as classes dominantes e dominadas e possui liberdade de ação em relação a esses seguimentos. Ao mesmo tempo, tornou-se a principal arena política em que as forças sociais se expressaram e competiram para fazer prevalecerem seus interesses e esteve inserido no aparelho produtivo e no setor financeiro por meio de empresas públicas, agências financeiras estatais. Em tal situação, a burocracia obteve grande poder político porque é responsável pela acumulação econômica do Estado, arbitra as relações entre as classes sociais, desenvolveu um *ethos* capitalista sem ser representante da Burguesia e tem interesse de expandir as práticas capitalistas no país para aumentar o Estado (MARTINS[b], 1985: 28-40).

Um terceiro grupo tratou das transformações do capitalismo mundial após a Segunda Guerra Mundial, a expansão de empresas transnacionais para determinados países da periferia, como o Brasil, a Argentina e o México, e as transformações socioeconômicas resultantes nesse processo, tais como a industrialização, a urbanização, a desnacionalização das economias locais e o surgimento de um novo conjunto de agentes sócio-políticos responsáveis pela gestão e fixação das subsidiárias das transnacionais, como os diretores de multinacionais, proprietários de sucursais, técnicos e executivos estatais e de companhias multinacionais. Em seguida, essas pesquisas examinaram o pensamento, aspirações e origens sociais dos membros da burocracia estatal e as compararam com a visão de mundo e reivindicações dos líderes das principais entidades empresariais nacionais e transnacionais e

concluíram que havia fortes congruências ideológicas entre essas camadas sociais e que eles se organizavam em blocos políticos, os *anéis burocráticos* (CARDOSO, 1972: 181-186), ou *anéis burocrático-empresariais* (DREIFUSS, 1981: 73-110). Membros das forças armadas (FFAA) organizaram coligações com empresários e tecnocratas.

Em relação à “ideologia tecnocrática”, estes estudiosos afirmaram que esta era uma variante do conjunto de valores construídos pelas burguesias. Desta forma, as reivindicações pelo aumento da eficiência e por planejamento são tentativas destes grupos de aplicar a racionalidade capitalista aos problemas socioeconômicos nacionais. Em relação às ditaduras, a maior parte dos tecnocratas fez parte das coalizões governamentais por concordar com as propostas de modernização capitalistas que estavam presentes nos projetos políticos dos setores que organizaram e deferiram os golpes militares, por perceberem que estes regimes políticos lhes dariam autonomia para guiar os rumos das políticas econômicas nacional, ao mesmo tempo em que excluiriam politicamente as classes trabalhadoras e suas formas de representação (CARDOSO, 1971: 72-78) (DREIFUSS, 1981: 417-423).

Deste modo, alguns elementos recorrentes nos trabalhos citados acima foram: (1) a burocracia foi fruto da modernização e esteve historicamente desvinculada da política partidária; (2) os tecnocratas ingressavam como assessores dos governantes devido às suas habilidades profissionais e, em uma menor medida, através dos contatos políticos; (3) os tecnocratas desenvolveram uma maneira de pensar próprio e fundado na neutralidade política, na meritocracia e independente das classes dominantes. Sobre esses assuntos, também acredito que a modernização capitalista originou a tecnocracia como a conhecemos: dotada de formação superior e que não possui cargos hereditários. Porém, em geral, apenas os funcionários do pequeno e médio escalão da burocracia entram no serviço público através de concursos, porque a elite da tecnocracia é indicada pela liderança governamental, como afirmou Carlos Martins (MARTINS[a], 1970). Apontarei ao longo deste artigo que a ascensão dos ex-membros do IPES e *Chicago Boys* foi em razão de suas participações nos golpes militares. Discordo ainda da possibilidade dos tecnocratas terem desenvolvido uma ideologia própria, pois esse seguimento jamais foi isolado da sociedade.

A autonomia relativa da tecnocracia foi tema comum dos pesquisadores que pensaram a tecnocracia nas ditaduras latino-americanas e concordo com Dreifuss e Cardoso em relação ao fato da tecnocracia ter feito parte do bloco político dominante. Assim, advogo que este grupo não foi convidado a assessorar os regimes ditatoriais do Brasil e Chile, mas, ajudaram a construí-los e aproveitaram o ambiente repressivo para impor “a ferro e fogo” os projetos que construíram juntamente com parte dos empresários e das FFAA antes dos golpes.

Estudarei os indivíduos mais proeminentes dos grupos civis, que mais se destacaram no controle dos postos-chaves da administração ditatorial: os brasileiros “Ipesianos”, ou seja, antigos membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e os chilenos “Chicago Boys”, para comprovar as afirmações apresentadas nos últimos dois parágrafos. Utilizarei o método comparativo para examinar as duas realidades, de modo que os traços fundamentais de uma ponham em relevo os aspectos da outra, suas analogias e diferenças (BARROS, 2007: 9-17). Por fim, espero responder a seguinte questão: os regimes políticos criaram elites dirigentes civis com trajetórias políticas análogas?

Formação e composição.

A história dos “Chicago Boys” foi iniciada com chegada de quatro professores da Universidade de Chicago (EUA) à Universidade Católica do Chile (UC), em 1955. Tais docentes, Theodore W. Shultz, Earl J. Hamilton, Arnold Harberger e Simon Rottenberg, visavam estabelecer um programa de intercâmbio entre graduados de ambas as instituições e eram adeptos da teoria *Neomonetarista*, também conhecida como *Neoliberal* ou *Neoclássica*, a qual discutirei mais adiante. Estes professores de Chicago foram assessorados por dois alunos de engenharia comercial: Sergio de Castro e Ernesto Fontaine. O Chile foi o país escolhido para receber tal programa de cooperação acadêmica por indicação Albion Patterson, diretor do *Instituto dos Assuntos Interamericanos no Chile*. A presença no país da *Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina* (CEPAL) e sua influência na concepção e execução de alguns programas de governo de determinados presidentes reformistas da América Latina também motivaram a escolha do Chile, pois se acreditava que os alunos pós-graduados em Chicago seriam um contraponto aos ideais da CEPAL. O programa de intercâmbio era patrocinado pela *International Cooperative Administration*, antecessora da *Agency for International Development* (AID) (EL CUIDADANO, 2008).

Em 1956, a primeira turma de estudantes chilenos viajou para seus estudos de pós-graduação em Chicago e entre eles estavam Sergio de Castro e Ernesto Fontaine. Alguns membros dessa delegação eram oriundos de outras universidades chilenas, esse intercâmbio ocorreu até 1961 e 15 dos 30 alunos que participaram desse projeto tornaram-se professores universitários, executivos de grupos econômicos e condutores da economia chilena. (DELANO & TRANSLAVIÑA, 1989: 13-32). Nestes cargos, difundiram os ensinamentos adquiridos em Chicago e, posteriormente, receberam apoio de homens como o empresário Agustín Edwards, proprietário do grupo empresarial *El Mercurio*, que apoiou a construção de

um novo campus para a UC onde eram realizadas aulas de ex-alunos de Chicago. Desta forma, outras instituições assimilaram os ensinamentos neoliberais, como por exemplo, a Universidade do Chile, que foi responsável pela formação dos futuros ministros das Finanças: Jorge Cauas (1975-76) e Hernán Büchi (1985-88) (HUNEEUS, 2000: 398).

Durante os anos de intercâmbio, os discentes recebiam passagens de ida e volta para os EUA, dinheiro para o sustento individual e para compra de livros, assistência médica e quando voltaram ao Chile, assumiram cargos de docência na Universidade Católica e adeptos da forma de vida da classe média dos EUA, desejosos por reformas na estrutura político-social de seu país, anticomunistas e contrários às organizações operárias.

A vivência educacional comum não foi o único elemento que forneceu uma identidade comum aos “Chicago Boys”, porque os componentes desse grupo também compartilharam várias outras experiências. Por exemplo, em meados da década de 1960, a UC passou por uma reforma universitária e os “Chicago Boys” disputaram as eleições para seus órgãos superiores juntamente com os chamados “gremialistas” contra os interesses da *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica* (FEUC), dominada pela juventude do Partido Demócrata Cristão (PDC). O “Gremialismo” foi um movimento reacionário fundado pelo estudante de direito Jaime Guzman, em 1965, e defendia, entre outras reivindicações, a adoção da representação corporativa no Chile, a restrição da participação popular nas eleições no Chile, a total exclusão das esquerdas do sistema político (HUNEEUS, 2000: 395-398).

Em 1968, alguns “Chicago Boys” conciliaram suas atividades docentes e/ou empresariais com a militância na *Cofradía Náutica del Pacífico Austral*, que foi uma entidade oficialmente dedicada aos esportes náuticos mas que era de fato um centro político conservador. A *Confradía* reuniu empresários como Agustín Edwards, grandes executivos de empresas privadas, tais como René Silva Espejo e Arturo Fontaine Aldunate, ex-oficiais da Armada que exerciam atividades na iniciativa privada, por exemplo, Roberto Kelly e Hernán Cubillos e oficiais da ativa como os almirantes José Toribio Merino Castro, Patricio Carvajal Prado e Arturo Troncoso Daroch. Muitos militares da Armada conheceram e assimilaram as ideias Neoliberais através dessa instituição e, posteriormente, a *Confradía* foi um importante centro de articulação golpista contra o governo socialista de Salvador Allende (1970-1973).

Após o Golpe de 1973, os elementos mais proeminentes dos “Chicago Boys” ingressaram em cargos da administração ditatorial. Em 12 de setembro de 1973, Sergio de Castro tornou-se assessor do ministro da Economia, general Rolando González, e do seu sucessor, Fernando Léniz, ex-presidente da empresa de comunicações *El Mercurio*, homem ligado aos líderes da *Confradía*. A direção da *Oficina de Planificación Nacional*

(ODEPLAN), atual ministério do Planejamento, ficou a cargo de Roberto Kelly, que por sua vez contratou vários ex-alunos da Universidade de Chicago como Miguel Kast, Herman Büchi, Sérgio Fernandez (ministro do Interior, entre 1978-82, e do Trabalho e Previdência, entre 1976-82), Ernesto Silva e outros.

Os *Chicago Boys* ocuparam os principais cargos econômicos da ditadura. Por exemplo, administraram o ministério da Economia com Sergio de Castro (1974-76), Pablo Baraona (1976-78), Roberto Kelly (1978-1980), José Luis Federici Rojas (1980-81), Rolf Lüders (1982-83), Modesto Collados (1984-85). Seus representantes no ministério das Finanças foram Jorge Cauas (1974-76), Sergio de Castro (1976-82), Rolf Lüders (1982-83), Carlos Cáceres Contreras (1983-84) e Hernán Büchi (1985-89). Alguns expoentes desse grupo mantiveram-se na política após o fim da Ditadura. Herman Büchi foi o candidato de continuidade da Ditadura nas eleições de 1990 e um dos fundadores do partido *Unión Demócrata Independiente*, que reuniu aliados de Pinochet e que participa do sistema eleitoral chileno até os dias atuais.

Outra atividade exercida pelos Chicago Boys foi a participação em cargos executivos de grandes grupos econômicos chilenos: Jorge Cauas, Fernando Leníz, José Federici e Pablo Baraona, que eram do grupo *Cruzat-Larraín*, proprietários dos seminários *Ercilla*, *Vea* e com ações na *Cia. Petroleos Chile*. Rolf Lüders era sócio do *Grupo Vial*, cuja maior empresa era o *Banco Hipotecario*, e Sérgio de Castro era ligado ao grupo *Edwards*, da cadeia de meios de comunicação *El Mercurio* (DAHSE, 1983: 12-29).

Existiram divergências sobre a forma de impulsionar as reformas econômicas, às opções políticas do governo Pinochet, que não será o foco deste texto. Para os objetivos desta análise, apresentarei a trajetória resumida de alguns líderes proeminentes desse grupo.

Sérgio de Castro estudou Engenharia Comercial na UC e retornou ao Chile após a pós-graduação na Universidade de Chicago, onde assumiu atividade docente na UC. Foi assessor do empresário Agustín Edwards e Executivo de diversas empresas do grupo Edwards (*El Mercurio*). Ingressou no governo ditatorial chileno em 1973 e nesse período, foram aplicadas as primeiras medidas neoliberais no Chile, como a liberalização dos preços e privatizações. Em 1974, substituiu Leniz e, juntamente com Jorge Cauas, ministro das Finanças e também adepto das teorias Neoclássicas, aprofundou as reformas Neoliberais. Entre 1977 a 1982, assumiu o Ministério das Finanças. Sua gestão foi marcada pelo crescimento da economia chilena, que foi chamado de “Milagre Chileno”. Nos primórdio da década de 1980, o aumento da dívida externa e a quebra de alguns bancos levaram o Chile à uma recessão econômica. Sergio de Castro propôs em tal conjuntura que Pinochet realizasse

novas ações neoliberais, como o fim do salário-mínimo, para enfrentar as adversidades. Contudo, Pinochet não aceitou tal receituário e demitiu Sérgio de Castro juntamente com o seu aliado, Sérgio Fernandez (então ministro do Interior) (MUÑOZ, 2010: 86-163).

O segundo líder desse grupo foi Pablo Baraona que estudou Economia e Administração na UC, em 1956, realizou seu mestrado entre 1959-61, tornou-se professor e diretor do Instituto de Economia da UC, respectivamente em 1962 e 1965. Filiou-se ao Partido Nacional, colaborou com o jornal *El Mercurio* e participou da comissão econômica da candidatura de Jorge Alessandri, em 1969. Presidiu o Banco Central do Chile entre 1975-76, foi ministro da Economia, de 1976-1978, e ministro da Mineração, entre 1988-1989 (HUNEEUS, 2000: 319-413) (SINGRACIA, 2008).

Miguel Kast Rist estudou Administração na UC, foi simpatizante do PDC e se decepcionou com esse partido quando o presidente Eduardo Frei (PDC) realizou um programa de reforma agrária. Conheceu Jaime Guzman e adotou o “Gremialismo”, começou pós-graduação em economia na Universidade de Chicago em 1971 e retornou ao Chile para trabalhar na ODEPLAN, após o golpe, a convite de Ernesto Silva. Assumiu a ODEPLAN entre 1978 a 1980, quando assumiu o ministério do Trabalho e foi responsável pela reforma trabalhista que flexibilizou as relações laborais no país (SINGRACIA, 2008).

Em relação ao caso brasileiro, o IPES foi fundado na cidade de São Paulo, em 1961, pelos líderes empresariais como Paulo Ayres Filho e João Batista Leopoldo Figueiredo, entre outros. Os generais Golbery do Couto Silva e Heitor Ferreira fundaram a seção organizada no Rio de Janeiro, juntamente com os empresários Antônio Gallotti, Gilbert Huber Jr., José Garrido Torres. Posteriormente, associações análogas e ligadas aos IPES foram fundadas em outros estados brasileiros. O IPES era formado por empresários, professores universitários, tecnocratas, executivos e militares unidos pelo anticomunismo, anti-populismo, pela ambição de controlar e reformar o aparelho de Estado, pela adesão ao programa “Multinacional e Associado”, baseado na defesa de reformas no Capitalismo brasileiro para favorecer a implantação de novos conglomerados estrangeiros no Brasil, a intensificação da associação entre empresas nacionais e externas, o aumento do mercado consumidor para produtos manufaturados. Politicamente, eram favoráveis a reorganização do sistema político a partir da racionalização da administração pública, do enfraquecimento do poder de intervenção das classes trabalhadores, da proscrição dos partidos de esquerda e do limite no número de agremiações partidárias que atuariam nas eleições. Essa organização permitiu que camadas das classes dominantes atuassem na política sem o intermédio dos partidos políticos (DREIFUSS, 1981: 49-164).

Parte destes valores estava sendo difundidos desde meados da década de 1950 pelos membros e formados na Escola Superior de Guerra (ESG), uma instituição fundada em 1949, inspirada na experiência existente nos Estados Unidos, *National War College* (NWC), e que desenvolveu a versão brasileira da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN), ideologia que influenciou a visão de mundo do conjunto de homens que participavam do IPES (COMBLIN, 1980: 151-165).

O principal foco de luta do IPES foi contra o governo João Goulart (1961-1964). Goulart foi eleito vice-presidente nas eleições 1960, mas com a renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros, assumiu a presidência após uma crise político-militar. Goulart defendia as “Reformas de Base”, ou seja, um projeto de reorganização total do Capitalismo brasileiro através do aumento da participação popular no consumo e nas decisões políticas, crescimento da participação do Estado na Economia, melhoria dos serviços públicos e sociais, controle das atividades das multinacionais no país e distribuição de renda. Assim, Goulart e seus aliados, o chamado bloco “Nacional-reformista”, propunham as reformas agrária e urbana, a adoção de uma lei de remessa de lucros, o aumento do salário mínimo, entre outras ações.

O programa “Nacional-reformista” mobilizou os trabalhadores urbanos, setores das classes médias e camponeses e foi amplamente combatido pelas lideranças do IPES. No Congresso nacional, líderes do IPES atrelaram-se ao grupo multipartidário Ação Democrática Parlamentar (ADP), formados principalmente por políticos da União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD). Na imprensa, seus expoentes escreveram colunas e artigos contra Goulart e seus aliados e no interior das casernas, militares da ESG convenciam seus pares a tomarem parte na desestabilização e conspiração contra Goulart.

O golpe de 1964 representou a conquista do aparelho de Estado por grupos do “Bloco IPES-ESG-ADP”, pois seus ativistas ocuparam os cargos decisórios da administração pública ditatorial e aplicaram as propostas de reformas feitas nos seminários e grupos de estudos da ESG e IPES, como a criação do “Banco Central”, a reforma trabalhista que instituiu o “Fundo de Garantia do Tempo de Serviço” (FGTS). O IPES começou a perder relevância a partir de 1967 e foi extinto em 1971 (HAMIREZ, 2012: 74). Contudo, a maioria dos antigos “Ipesianos” manteve-se unido pela participação nas agências do Estado, e, sobretudo através da ESG e da “Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra” (ADESG), onde atualizaram suas ideias e questões acerca do futuro do Brasil. Segue a trajetória de três colaboradores do IPES que se destacaram no regime militar.

Mário Henrique Simonsen era oriundo de uma família com excelentes condições financeiras, formou-se engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia da

Universidade do Brasil (atual UFRJ), foi professor na Fundação Getúlio Vargas (instituição que ajudou na criação) e conferencista da ESG. Integrou a empresa de consultoria “Consultec” a convite de Roberto Campos e Octávio Gouvêa Bulhões e esteve ligado a diversos líderes e associações empresariais, além de ter sido diretor da “Confederação Nacional da Indústria”. Na área empresarial, era sócio proprietário do “Banco Bozano-Simonsen”. Foi consultor do ministério do Planejamento no governo Castelo Branco, exerceu a presidência do “Movimento Brasileiro de Alfabetização” (MOBRAL) durante o governo do ditador Emílio Médici (1969-74), assumiu o Ministério da Fazenda e o ministério do Planejamento, em 1979, cargo que exerceu por um ano. Posteriormente dedicou-se a iniciativa privada e a incentivar a implantação do neoliberalismo no Brasil.

Eugenio Gudín era engenheiro de formação. Tornou-se economista através de um esforço autodidata. Trabalhou na burocracia estatal e foi consultor de empresas nacionais e estrangeiras. Era defensor convicto do Liberalismo econômico e da instalação das multinacionais no Brasil sem qualquer forma de restrição. Lecionou e organizou o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o IPES. Todas estas instituições formam quadros tecno-administrativos da Ditadura. Publicou diversos artigos nos principais jornais do país, entre 1970 e 1978, e em alguns deles tocou no assunto das FFAA no pós-Regime Militar (BIELSCHOWSKY, 2000: 33-42).

Roberto Campos foi diplomata de carreira, ingressou na seção comercial da embaixada brasileira em Washington, em 1942, e passou a se especializar mais em ciências econômicas a partir desse momento. Foi conselheiro da Comissão Mista Brasil-EUA, fundador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e presidente deste banco, em 1958. Professor da ESG e executivo das empresas Hanna Mining, Bond & Share, Camargo Correa Construtores, Mercedes Benz. Durante o regime empresarial-militar pós-1964, assumiu o ministério do Planejamento do governo Castelo Branco, a embaixada do Brasil em Londres e filiou-se ao partido governista *Partido Democrata Social* (PDS) (DREIFUSS, 1981: 87; 456-457) (BIDERMAN et al, 1996: 31-33).

Podemos perceber ao comparar os dois agrupamentos citados que os “Chicago Boys” surgiram como grupo discente que adotou o *Monetarismo*, uma teoria econômica não hegemônica no cenário mundial, mas com adeptos muito ativos politicamente, e que de volta ao Chile uniram-se a outros grupos conservadores como os Gremialistas, os empresários e os ativistas da *Cofradía Náutica del Pacífico Austral*. O IPES, por sua vez, foi formado por homens veteranos em entidades de classe, da ESG, e até mesmo da administração pública. O IPES reuniu tais cidadãos mais maduros e veteranos politicamente e em tal instituição uma

identidade de classe foi formada por meio de suas vivências análogas e das funções que exerciam na produção da vida material nacional. A liderança “Ipesiana” era empresarial, ainda que seus ativistas mais proeminentes fossem oriundos de outras classes sociais e de variados centros de educação superior (FGV, IBRE, UFRJ) e que atuaram mais estreitamente com o sistema partidário nacional (através da ADP). Os “Chicago Boys” permaneceram principalmente no espaço acadêmico e no contato empresarial até o golpe.

Em comum, ambos os grupos defendiam a reforma total de suas sociedades e estabeleceram contatos com militares conservadores para a articulação de golpes que abrissem a possibilidade de suas ascensões ao Poder. Por último, os “Chicago Boys” têm um elemento em comum com a ESG, não com o IPES: a participação em agências dos EUA no apoio à formação de elites na América Latina.

Formação Intelectual.

Os chilenos estudaram com os expoentes da teoria *Monetarista/Neoliberal*: Milton Friedman (prêmio Nobel de Economia de 1976), Gary Becker, Friedrich von Hayek e Robert Lucas. A Escola Monetarista buscava reduzir o tamanho do Estado (redução do número de funcionários públicos e de agências estatais), de suas faculdades distributivas (diminuição da atuação estatal através da privatização dos sistemas públicos de saúde, educação, previdência social) e de suas funções produtivas. Paralelamente, defendiam que a economia chilena deveria atingir o equilíbrio monetário e financeiro. Alguns “Chicago Boys”, como Carlos Cáceres e José Pinera, defendiam uma pequena intervenção estatal para sanear desajustes nas contas públicas, para salvar empresas da falência e para assegurar que o mercado internacional e as vantagens comparativas do país (baseadas na doação simples de fatores) norteassem a produção e a distribuição interna.

Enfatizavam que o excesso de dinheiro na economia era um fator de inflação e por isso buscavam manter sob o controle de tecnocratas esclarecidos, e não de políticos, a possibilidade de decretar aumentos salariais e a redução dos direitos trabalhistas. Por último, exigiam a liberação dos preços, a abertura aos investimentos estrangeiros, a redução da proteção aduaneira (VILLARREAL, 1984: 91-110; 329-331).

Os homens do IPES eram orientados por três vertentes econômicas: *Neoliberal*, *Estatal-desenvolvimentistas* e *Desenvolvimentistas*. Os Neoliberais brasileiros reivindicavam a estabilidade monetária, o favorecimento ao capital estrangeiro, restrições à empresa e ao planejamento estatal. Eugênio Gudín foi o principal expoente dessas ideias no Brasil. Os

“Ipesianos” Otávio Bulhões e Roberto Campos, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento, praticaram os preceitos desse grupo em suas gestões, entre 1964 e 1967. Os professores Neoclássicos Jacob Viner, da Universidade de Chicago desde o “período entre Guerras” e especializado em comércio internacional, e Gottfried Haberler, da Escola Austríaca de economia, foram alguns dos pensadores que mais inspiraram a obra de Eugênio Gudín e formaram os professores que educariam os “Chicago Boys” na década de 1950.

Os “Estatual-Desenvolvimentistas” sugeriram que o Estado deveria ser o polo dinamizador da acumulação capitalista, o planejador dos investimentos no país, bem como consideravam que os setores estratégicos da economia deveriam ser controlados por autarquias ou empresas estatais. Igualmente consideravam que as Multinacionais eram fundamentais para o fortalecimento da economia brasileira. Os técnicos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foram guiados por esses valores e essa facção tinha muita simpatia dentro das Forças Armadas. Por último, a vertente dos “Desenvolvimentistas” propunha estabelecer uma articulação entre os capitais estatais, privados nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento nacional. Partes desses homens aceitavam a participação do Estado apenas em áreas em que a iniciativa privada não tinha capital suficiente para investir. Porém, a maioria era crítica apenas ao estabelecimento de monopólios estatais. Considero que as gestões de Antônio Delfin Neto foram orientadas nessas últimas duas correntes (BIELSCHOWSKY, 2000: 33-34).

O IPES recrutou homens de diferentes instituições superiores e o exame da trajetória de alguns dos seus associados confirma tal afirmação. Otávio Bulhões era formado em Direito pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, funcionário público de carreira, um dos criadores da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e com especialização em economia na *American University* (Washington) (SARETTA, 2001: 111-113). Seus mentores intelectuais foram os liberais Adam Smith, Eugênio Gudín e Knut Wicksel. Ernane Galvêas foi funcionário do Banco do Brasil e do Departamento Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), colaborador do IPES e assessor econômico de Otávio Bulhões, entre 1964-67. Por convite do seu amigo Delfin Neto, assumiu a presidência do Banco do Brasil entre 1968 e 1974, administrações Costa e Silva e Emílio Médici, e foi ministro da Fazenda no governo João Figueiredo (1980-85). Seus estudos em economia foram realizados no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos, no México (1954), e na Universidade de Yale, nos EUA, entre 1959-60, onde estudou os autores liberais clássicos, Adam Smith, David Ricardo, mas também os princípios de John Maynard Keynes, que defendia, entre outras questões, a intervenção estatal na economia (GALVÊAS, 1990: 3-

17). Antônio Delfim Neto formou-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo (USP) e recebeu a influência dos neoliberais Costantino Bresciani Turrone, Eugênio Gudin, e dos intervencionistas Keynes e Hicks-Hansen, entre outros (DELFIM NETTO, 1996: 90-95) (MACEDO, 2001: 375-380). Roberto Campos conciliou seu autodidatismo com cursos na Universidade de Columbia (EUA) e Mario H. Simonsen foi da FGV e estudou Gudin, Celso Furtado, Keynes e Joseph Schumpeter.

Esta pluralidade maior dos tecnocratas brasileiros não impediu a presença de alguns consensos entre as três correntes de pensamento: exclusão das classes trabalhadoras dos centros decisórios de políticas públicas, defesa de políticas para atrair o capital estrangeiro para o Brasil e de parcerias entre os governos e os grandes empresários, a pouca discussão sobre os efeitos da “oligopolização” na economia, sobre os preços, os salários e o nível de renda da população. Igualmente, todos também foram influenciados pelo pensamento de Gudin e o conciliou com as contribuições dos economistas intervencionistas. Finalmente, as entidades classistas e a própria administração pública promoveram a união entre os economistas conservadores brasileiros. Por exemplo, Bulhões, Gudin e Simonsen foram docentes na FGV e conferencistas da ESG, assim como Campos e Delfim Neto. Gudin e Campos trabalharam juntos no BNDE e o IPES reuniu todos os citados.

Percebemos ao examinar simultaneamente os tecnocratas dos dois países o maior número de correntes de pensamentos entre os brasileiros contra uma uniformidade chilena. Considero que o fato da maior complexidade da economia brasileira em comparação com a chilena ser o principal fator explicativo dessas diferenças. Em 1964, o Brasil possuía siderúrgicas, indústrias automobilísticas, eletrodomésticas e exportava manufatura. Enquanto o Chile de 1973 era uma economia dependente da extração e exportação. Assim, havia uma maior diversificação social, a qual foi refletida nas diferentes escolas econômicas.

Outro ponto de destaque foi que no Brasil houve existência de alternância de escolas econômicas durante a ditadura. Os *Neoliberais* dominaram os ministérios da Fazenda e Planejamento entre 1964-67, *Desenvolvimentistas* nos anos de 1967-1974 e entre 1979 e 1982, os *Estatal-desenvolvimentistas* administraram de 1974 a 1979. Houve coalizões entre Neoliberais e Desenvolvimentistas entre 1982 e 1989. No Chile, as escolas econômicas opositoras ao Neoliberalismo foram proscritas da administração pública e das universidades, pois eram vinculadas aos partidos existentes antes da ditadura e consideradas responsáveis pela crise sócio-política que favoreceu a vitória de Salvador Allende e da *Unidad Popular*.

Todavia, brasileiros e chilenos concordavam que os direitos trabalhistas deveriam ser reduzidos para o desenvolvimento econômico, que as economias nacionais

deveriam se articular com as multinacionais estrangeiras e que os tecnocratas deveriam ter autonomia na condução das políticas públicas em seus países.

Ação Política.

Os “Chicago Boys” participaram da política chilena de diversas formas: na política universitária e divulgando suas ideias. Difundiram seus pensamentos em colunas escritas para o jornal *El Mercurio*, a partir da década de 1960. Em 1968, o proprietário Edwards criou uma sessão de economia, o atual “Cuerpo B”, e a encarregou aos “Chicago Boys” para que estes difundissem os cânones do “monetarismo neoliberal” para as classes médias e empresariais a ponto da promoção de uma reforma intelectual e educacional nestes segmentos da sociedade. Igualmente, foi criada a revista “Qué Pasa” totalmente voltada para a divulgação dos valores dos “Chicago Boys” (EL CUIDADANO, 2008).

Em segundo lugar, na oposição ao governo da *Unidad Popular* (1970-1973). Por exemplo, eram aliados de Agustín Edwards e, como o empresário, buscavam depor a UP, a democracia vigente e substituí-la por um regime político excludente e economicamente subordinado ao chamado “Livre Mercado”. Assim em 1963, Edwards organizou o “Centro de Estudios Socioeconómicos” (CESEC) que era um “Think Tank” e muitos “Chicago Boys” atuaram junto ao CESEC desde sua fundação e intensificaram sua militância na oposição ao governo Allende no CESEC e juntamente com oficiais da Armada. Também elaboraram um programa de reformas econômicas para Jorge Alessandri, candidato do Partido Nacional nas eleições de 1970 (RAMIREZ, 2012: 70).

Os “Chicago Boys” desenvolveram diversas formas de ação ao longo da ditadura iniciada em 1973. Conquistaram aliados militares que serviram como interlocutores entre eles e o ditador Pinochet. Por exemplo, os “Chicago Boys” tiveram como grande aliado o general Sergio Covarrubias Sanhueza, que foi um dos principais aliados de Pinochet e chefiou agências estatais importantes na Ditadura, como a do “Estado Mayor Presidencial” e a “Asesoría Presidencial”. O apoio da Armada também auxiliou o fortalecimento político desses grupos junto à Pinochet (LA NACIÓN, 04.07.2003).

Por último, alguns “Chicago Boys” auxiliaram a construção do projeto político da Ditadura em relação ao futuro chileno, a chamada “Democracia Protegida e Autoritária”, anunciada por Pinochet em 1977 e reivindicava a transformação da ditadura em uma democracia com o poder Executivo forte, com supremacia da “técnica” sobre a política,

tutelada pelas FFAA (através do “Consejo de Seguridad Nacional”), com representação política mista (partidária e corporativa) e sem quaisquer partidos de Esquerda.

Também contribuíram com o projeto da “Democracia Autoritária e Protegida” o almirante Patricio Carvajal, ministro da Defesa (1973-1974), das Relações Exteriores (1974-1978) e aliado dos “Chicago” desde a conspiração contra Allende apresentou um cronograma provisório do retorno chileno à democracia: fim do Estado de Sítio, a concessão de liberdade e exílio para os presos políticos, eleições indiretas. Pablo Baraona concordou com os planos de Pinochet e os divulgou, por exemplo, na aula inaugural da UC de 1977, quando afirmou que as soluções do Chile e do mundo deveriam ser tomadas por critérios técnicos e não por ideológicos. Afirmou também que no sistema político chileno pós-regime prevaleceriam “a palavra dos que sabem (...) sobre os slogans” (FOSP, 12.08.1977, p 8). Os que “sabem” governariam o Chile em uma “democracia seletiva”, de acordo com Jaime Guzman, teórico da Ditadura e aliado de Pinochet e dos “Chicago”. Em resumo, alguns membros dos “Chicago Boys” apoiaram o projeto de uma democracia com um Estado forte em sua capacidade de repressão, tutelado pelos militares e inoperante na área econômica em uma sociedade moderna, ou seja, guiada cientificamente, despolitizada, sem solidariedades coletivas e comandada pela “autoridade” impessoal do mercado. O projeto de “Democracia Autoritária e Protegida” foi incorporado à constituição de 1980 e parcialmente derrotado no plebiscito de 1988.

Porém, a relação Pinochet e “Chicago Boys” sofreu um revés no início da década de 1980 quando o modelo Neoliberal, que estava sendo aplicado desde 1975, foi responsável por uma severa crise financeira. Para solucioná-la, Pinochet decidiu desvalorizar o Peso, moeda nacional, e não reduzir o já baixo salário-mínimo nacional. Tais posturas resultaram na demissão de Sergio de Castro e sua substituição pelo general Gastón Frez, um dos militares hostis aos dogmas do Chicago Boys (MUÑOZ, 2010: 159-167).

No caso brasileiro, três dos cinco ditadores que governaram o Brasil entre 1964-85 foram ligados ao grupo conspirador IPES-ESG, entre 1961-64, a saber, os generais Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Novamente três do total de cinco ministros da Economia da ditadura também eram ligados a essas instituições. Além disso, os outros dois assessoraram os ministros “Ipesianos” e, por essa razão, estavam sintonizados com os pensamentos dos seus superiores. Ativistas do IPES exerceram cargos no Ministério do Planejamento, assim como em outros cargos ministeriais.

Homens do IPES criaram instituições que organizaram a vida administrativa pós-1964, como o “Serviço Nacional de Informação” (SNI), “Banco Nacional da Habitação”

(BNH), em 1964, e do “Banco Central” e “Conselho Monetário Nacional”, em 1965. O SNI que foi um órgão que combinou as funções de uma agência de informações com um conselho de assessoria para formulação de diretrizes políticas para o país, foi fundado pelo general Golbery Silva, com base em arquivos do IPES e contou com a colaboração inicial de oficiais militares que ocuparam cargos importantes na administração pós 1964, como João Figueiredo (presidente entre 1979-85), Danilo Venturini (ministro do Gabinete Militar, 1979-82) e Octávio Medeiros (ministro-chefe do SNI entre 1978-85) (DREIFUSS, 1981: 421-422).

A força do IPES também se expressou fora dos cargos administrativos do poder Executivo. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido político criado com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar em 1965 e seus principais ativistas foram da ADP como: Antônio Carlos Magalhães, Luiz Viana Filho, Fidélis dos Santos Amaral Netto, Nelson Carneiro, José Bonifácio Andrada, João Agripino, Antônio Carlos Konder Reis, Herbert Levy, Rui Santos e Marco Maciel (DREIFUSS, 1981: 319-329).

O crescimento econômico, a vitória eleitoral da ARENA nas eleições de 1970 e 1972 e o declínio das ações das organizações guerrilheiras diante da força repressiva do Estado levaram alguns egressos do IPES e da ESG a concluir que os objetivos iniciais do golpe de 1964, como a erradicação do Comunismo, do Nacional-reformismo e da crise econômica, haviam sido atingidos durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974). Por essas razões, seus líderes apresentaram propostas para uma reforma do Regime pós-1964 e a construção de uma “Democracia Forte”.

Eugênio Gudín propôs, entre 1970 a 1970, o retorno à Constituição de 1967, o fim do Ato Institucional n. 5, a criação de leis e tribunais especiais para enfrentar a Esquerda Guerrilheira e a possibilidade institucional das FFAA intervirem na política em caso de crises para restabelecer a ordem e depois voltarem às funções tradicionais da caserna. Segundo Gudín, os militares deveriam herdar a função de “Poder Moderador” existente ao longo do Império (1822-1889) para dar estabilidade ao Brasil (GUDIN, 1978: 143-153).

Roberto Campos proferiu palestras, entre 1971 e 1974, em que evocou que FFAA deveriam deixar o governo direto para assumir sua função de “Poder Moderador” na “Democrática Forte”. Campos qualificou esse tipo de democracia com um Poder Executivo forte, dotada de um Legislativo com as funções de fiscalizar e moderar as ações do Executivo e com o Judiciário revendo as leis. Seria mantido o Bipartidarismo, a os sindicatos dos trabalhadores voltados para tarefas assistencialistas e recreativas e a autonomia das agências governamentais (SNI, Banco Central, CMN). Finalmente, Campos defendeu a pouca participação popular no sistema político (FOSP, 13.05.1974: 13) (FOSP, 25.08.1971: 4).

Os setores-chaves da administração do Estado nas ditaduras militares do Brasil e Chile foram ocupados por componentes do IPES e “Chicago Boys”, não por acidente, mas pela militância política desses homens ao longo dos governos João Goulart e Salvador Allende, por suas relações com empresários e militares. Assim, oficiais das FFAA e os ativistas dos grupos em questão doutrinaram-se mutuamente criando as variantes nacionais da DSN. Em segundo lugar, ambos os grupos elaboraram projetos de democracias restritas, pois haveria pouca participação popular, os partidos de Esquerda permaneceriam excluídos da vida política e os destinos das nações seriam guiados por critérios “técnicos” e não políticos.

Considerações finais.

Apresentei neste trabalho as reflexões de alguns estudiosos sobre a tecnocracia e acerca da atuação desse setor nos regimes militares do Brasil e no Chile. Discuti os pontos principais destas pesquisas ao longo desse artigo a partir das experiências concretas dos brasileiros egressos do IPES e dos Chilenos do *Chicago Boys* e conclui que nestes dois países os tecnocratas possuíam vínculos com o sistema partidários, mais fortes no caso brasileiro. Porém, esses laços não significaram a ausência de divergências entre políticos e tecnocratas. Por exemplo, citei brevemente os problemas entre Pinochet e alguns “Chicago Boys” a partir da crise iniciada na década de 1980. Em segundo lugar, aponte as ligações entre tecnocratas e empresários para demonstrar que ambos tinham interesses sócio-políticos similares e que, como afirmou René Dreifuss, a elite civil das ditaduras militares eram *tecnoempresários*. Desta forma, penso que temos que repensar o conceito de “autonomia relativa” para esses tipos de regime, pois as classes dominantes estavam no interior do aparelho de Estado e utilizando-o para reprimir as classes trabalhadoras e também para impor reformas econômicas que transformaram os dois países.

Em terceiro lugar, os indivíduos do IPES e dos Chicago Boys estavam entre os mais competentes em suas áreas de atuação. Mas, tais tecnocratas chegaram aos cargos decisórios do governo por meio de sua atuação política antes dos golpes militares e/ou através do apoio de homens que participaram destes eventos. Considero um fato curioso que este personalismo passou despercebido pelos principais estudiosos apresentados anteriormente. Carlos Estevam Martins é uma exceção a tal tendência.

Finalmente, podemos falar de um tipo de elite civil nesses dois países? A resposta é afirmativa. Tivemos nos dois países um grupo dirigente não militar com formação análoga: recrutados entre as classes médias, com ensino universitário, pós-graduação nos

EUA, que exerceram funções docentes e em cargos executivos de grandes empresas e que participaram de algumas entidades da classe empresarial. Politicamente, colocam-se contrários aos regimes democráticos na conjuntura de ativação popular e também por concluírem que tais sistemas políticos não abririam espaços para suas propostas reformistas.

Porém, estas constatações não encerram as pesquisas sobre este tema, pois precisamos saber mais sobre os outros agrupamentos não militares que apoiaram os regimes empresarial-militar da América Latina, as formas de aliança civil-militar em tais ditaduras, entre outros assuntos que poderão ser tratados em pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José. “História comparada. Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico”. *História Social*. Campinas, n. 13, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto: 2000.

BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luís e REDO, José. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAHSE, Fernando. “El poder de los grandes grupos económicos nacionales”. In: *Contribuciones, Programa Flasco*: Santiago de Chile, n. 18, 1983.

DELANO, Manuel & TRASLAVIÑA, Hugo. *La herencia de los Chicago Boys*. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

DELFIN NETTO, Antônio. “Entrevista”. In: BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luís e REDO, José. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

EL CIUDADANO. 2008. <http://www.elciudadano.cl/2008/05/04/1524/los-chicago-boys-friedman-y-von-hayek/>

ESTÉVEZ, Alejandro. “Apuntes para una genealogía de la Tecnocracia”. In: *Centro de investigaciones em administración pública*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas, 2005.

FOSP, jornal “Folha de São Paulo”.

GALVÊAS, Ernane. *Ernane Galvêas I (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro: CPDOC/BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990.

- GUDIN, Eugênio. *Reflexões e Comentários*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1978.
- HUNEEUS, Carlos. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2000.
- KLEIN, Naomi. “los Chicago boys se aprovecharon de las violaciones de los derechos humanos en el régimen militar”. Entrevista. In: *El Centinela*. In: <http://centinela66.wordpress.com/2010/02/09/naomi-klein-los-chicago-boys-se-aprovecharon-de-las-violaciones-de-los-derechos-humanos-en-el-regimen-militar/>
- LA NACIÓN, “Los Gestores del pronunciamiento”. *La Nación*, 04.07.2003. <http://www.lanacion.cl/los-gestores-del-pronunciamiento/noticias/2003-07-03/212325.html>
- MACEDO, Roberto. “Antônio Delfim Netto”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: 15 (43), 2001.
- MARTINS, Carlos Estevam. “Tecnocracia ou Tecnoassessoria?”. In: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: n. 10, vol. 2, jul/set de 1970.
- MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- O’DONNELL, Guillermo. “Desenvolvimento político ou mudança política?”. In: PINHEIRO, Paulo (org). *O Estado Autoritário e os movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- O’DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1987.
- SARETTA, Fauto. “Octavio Gouvêa de Bulhões”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, 15, (41), 2001.
- RAMIRÉZ, Hernán. “Confluências e matizes nos programas econômicos das ditaduras brasileira e chilena”. In: *Confluente*. Vol. 4, N. 2, 2012.
- SINGRACIA, Arquivos. *Los Ministros de Pinochet*. 2008. <http://archivosingracia.blogspot.com.br/2008/03/ministros-de-pinochet.html>
- TOURAINÉ, Alain. *La Sociedad Post Industrial*. Barcelona: Ariel, 1973.
- VILLARREAL, René. *A contra-revolução monetarista*. Rio de Janeiro: Record, 1984.